

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Escola Profissional

Agrícola D. Dinis - Paiã

ODIVELAS

2016
2017

Área Territorial de Inspeção
do Sul

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã – Odivelas, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 15 e 17 de maio de 2017. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito consistente na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o contraditório apresentados no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2016-2017** estão disponíveis na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paiã, inserida numa área agrícola com cerca de 64 hectares, na freguesia da Pontinha, concelho de Odivelas, foi criada em 1917 pela Junta Geral do Distrito de Lisboa, tendo adquirido o estatuto de escola profissional pública em 1995. Em novembro de 2009, foi avaliada no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas.

No presente ano letivo, a população escolar oriunda, predominantemente, dos concelhos de Odivelas, Lisboa, Loures e Sintra é constituída por 264 formandos distribuídos por 13 turmas, dos seguintes cursos: vocacionais do ensino básico (33 formandos, duas turmas do 2.º ano, uma de Hortofloricultura/Indústrias Agroalimentares/Equinicultura e outra de Jardinagem e Espaços Verdes/Indústrias Agroalimentares/Tratamento de Animais de Estimação) e do ensino secundário (22 formandos, uma turma do 2.º ano, de Produção Agropecuária); de educação e formação (48 formandos, duas turmas do 1.º ano, uma de Operador de Jardinagem e outra de Tratamento/Desbaste de Equinos); profissionais (161 formandos, três turmas do 1.º ano, uma de Técnico de Produção Agropecuária, uma de Técnico de Produção Agropecuária e de Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar e uma de Técnico de Gestão Equina; duas turmas do 2.º ano, uma de Técnico de Produção Agropecuária e outra de Técnico de Gestão Equina; três turmas do 3.º ano, duas de Técnico de Produção Agrária/Agropecuária e uma de Técnico de Gestão Equina).

Do total dos formandos, 4,5% têm nacionalidade estrangeira, provenientes, particularmente, do Brasil, de Cabo Verde e da Guiné. No âmbito da ação social escolar, 64% não beneficiam de auxílios económicos. Relativamente às tecnologias de informação e comunicação, 89% dos formandos do ensino básico e 93% dos do ensino secundário possuem computador com internet.

No que concerne às habilitações dos pais e das mães dos formandos que frequentam o ensino básico, 2% possuem formação superior e 16,9% o ensino secundário, valores que correspondem a 18,3% e 28%, respetivamente, quando se refere aos pais dos que estão inscritos no ensino secundário. Quanto à sua ocupação profissional, 10,6% no ensino básico e 31,4% no secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

A equipa docente é constituída por 53 profissionais, em que 66% pertencem aos quadros da Escola ou de zona pedagógica, sendo que 57% lecionam há 20 ou mais anos. Os trabalhadores não docentes são 27 (quatro assistentes técnicos, uma coordenadora técnica, 21 assistentes operacionais e uma encarregada operacional), em que 89% têm 10 ou mais anos de serviço.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

As várias estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, o conselho pedagógico e a direção procedem regularmente à análise dos resultados por formando, por turma e por disciplina/módulo/unidade de formação de curta duração (UFCD), considerando os valores globais e percentuais de indicadores, como os módulos/UFCD em atraso e as taxas de sucesso, entre outros. Contudo, a focalização deste procedimento não está centrada nos processos, nem estabelece indicadores orientados para a qualidade do ensino, das aprendizagens e da formação e qualificação profissional.

Os cursos de educação e formação, Tipo 2, ministrados entre os anos letivos de 2010-2011 e 2014-2015, nas áreas de formação de Produção Agrícola e Animal e de Floricultura e Jardinagem, registam taxas médias de conclusão de 77,1% no curso de Operador Pecuário (Produção de Bovinos); 83,1%, no de Tratador/Desbastador de Equinos, e de 66,6% no de Operador de Jardinagem. Por sua vez, no curso Tipo 3, Tratador de Animais de Estimação, em igual período, observa-se uma taxa média de conclusão de 77,1%.

Os cursos vocacionais do ensino básico lecionados em 2014-2015 e 2015-2016, em áreas vocacionais análogas aos dos cursos de educação e formação, patenteiam uma taxa média de conclusão de 52,1%. Relativamente aos do ensino secundário que funcionaram apenas em 2015-2016, na área de Agropecuária, regista uma taxa de 92,6%.

Nos cursos profissionais, tendo como referência os anos de termo de cada ciclo de formação, após a anterior avaliação externa, todos registam taxas de conclusão bastante inferiores às verificadas anteriormente e com uma tendência descendente, à exceção do curso de Técnico de Gestão Equina. Registam-se taxas médias de conclusão de 26,1% - Técnico de Gestão Equina, 34,1% - Técnico de Gestão de Ambiente, 34,9% - Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar, 37,9% - Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes e 38% - Técnico de Produção Agrária.

A taxa média de conclusão anual, registada entre 2011 e 2016, considerando todos os cursos com termo do ciclo de formação em cada um desses anos, é muito baixa, dado que se cifra apenas em 33,5%. Observam-se valores médios anuais de 42,5%, em 2011; 28,7% em 2012; 39,5%, em 2013; 20,8%, em 2014; 33,6%, em 2015 e 36,1%, em 2016, que mostram uma tendência descendente das referidas taxas no período em análise. Neste sentido, dos 588 formandos que iniciaram os respetivos cursos, apenas 205 (34,9%) os concluíram no respetivo ciclo de formação, dado que desistiram ou não o terminaram por terem módulos em atraso. Verifica-se a presença de uma atuação mais consistente e concertada por parte dos órgãos de direção, administração e gestão, das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e dos serviços técnicos e técnico-pedagógicos no sentido de orientar e motivar os jovens para a importância de concluírem o ensino secundário e obterem uma qualificação profissional no prazo previsto de duração dos respetivos cursos.

As taxas médias de desistência são elevadas, com valores de 27,7% (2011), 38,5% (2012), 39,8% (2013), 52,3% (2014), 48,5% (2015) e 42,3% (2016), pelo que se considera que não foi superado o ponto fraco assinalado, neste âmbito, na anterior avaliação externa. Ainda assim, o curso de Técnico de Gestão Equina apresenta uma tendência descendente, nos anos em análise, ao invés dos restantes, onde se verifica uma tendência ascendente. Em contraponto, as taxas de não conclusão, decorrentes de módulos em atraso, são inferiores, mas igualmente elevadas, com valores médios acima dos 20% nos cursos de técnicos de Gestão Equina (32,9%), de Produção Agrária (28,4%) e de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar (21,9%), apresentando todos os cursos tendências descendentes, com exceção deste último que regista uma tendência ascendente.

Considerando que estes cursos, enquanto oferta formativa do ensino secundário, estão vocacionados para a qualificação profissional, privilegiando a inserção no mundo do trabalho, reconhece-se que, pelos dados que a Escola recolheu dos formandos que concluíram os respetivos cursos em 2012, 2013 e 2014, não tem conseguido este propósito, uma vez que, apenas 35 (17,1%) dos 205 diplomados ficaram empregados, mas destes, somente 17 (8,3%) na respetiva área de educação e formação. O prosseguimento de estudos constituiu opção para 28 formandos (13,7%), destacando-se os cursos de técnicos de Gestão Equina, de Produção Agrária e de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar, aqueles que, em média, registam as taxas mais elevadas, respetivamente de 36,7%, 42,6% e 31,0%.

RESULTADOS SOCIAIS

A participação dos formandos na vida da Escola materializa-se através do seu envolvimento em diferentes atividades e/ou projetos previstos no plano anual e na corresponsabilização em tarefas nas áreas de produção agropecuária (ex. hortas e tratamento e alimentação de animais). Está assegurada a sua presença no conselho geral, que constitui um espaço de intervenção ativa dos seus representantes. No entanto, não são realizadas assembleias de turma e/ou de delegados o que condiciona uma auscultação regular e abrangente das questões do seu interesse, bem como da assunção de responsabilidades na resolução de problemas e no funcionamento geral da Escola.

A associação de estudantes, no presente ano letivo, tem dinamizado atividades no âmbito das *Comemorações do Centenário da EPADD-Paiã* (ex. garraizada, almoços, noite de fados) e promovido eventos de natureza lúdica e desportiva, particularmente, na área do hipismo/equitação, para mobilizar os jovens no âmbito das dinâmicas escolares.

Os formandos conhecem, na generalidade, as regras e os seus direitos e deveres, constantes do regulamento interno. Contudo, verificam-se algumas situações de comportamentos desviantes, não só em contexto de sala de aula, como noutros espaços, perturbando o normal funcionamento da Escola. Embora os diretores de turma, em colaboração com os outros docentes e não docentes e em articulação com a *Equipa Multidisciplinar de Integração e Apoio ao Aluno*, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da área de residência dos formandos e a Escola Segura, tenham vindo a desenvolver trabalho em prol de um ambiente educativo propício às aprendizagens, procurando a responsabilização dos jovens e o envolvimento dos seus encarregados de educação, esta é uma questão ainda não resolvida, constituindo uma área a melhorar.

As medidas disciplinares de cariz sancionatório revelam-se mais expressivas nos formandos que frequentam os cursos de educação e formação, entre 2011-2012 e 2014-2015, (27%, 35%, 23% e 27%, respetivamente) e os cursos vocacionais, entre 2013-2014 a 2015-2016 (20%, 30% e 28%, respetivamente). Já nos cursos profissionais, entre 2011-2012 e 2015-2016, as taxas foram de 9%, 8%, 15%, 3% e 20%, respetivamente. Importa, assim, realizar uma reflexão crítica mais aprofundada sobre as causas da indisciplina e delinear uma estratégia global partilhada e consistente, de modo a possibilitar o planeamento de ações de melhoria para uma intervenção ainda mais eficaz.

É dado espaço à dimensão solidária e ao sentido de entreatajuda, através de ações de cariz social, com a participação dos formandos em iniciativas de voluntariado e na recolha de bens e donativos para entrega em instituições de solidariedade social. As campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome, o Peditório da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Doação de Sangue e *Vamos ao Rabisco* são representativas desse envolvimento.

O desenvolvimento dos projetos Eco-Escolas, Eletrão-Depositário, Projeto *On The Road* e Semana Europeia do Teste VIH são alguns dos exemplos que concorrem para aprendizagens diversificadas e valorização do currículo, bem como evidenciam empenho na preservação do ambiente e na educação para a saúde. A adesão ao Desporto Escolar, principalmente na modalidade de futsal, a organização de eventos desportivos e de provas de hipismo pelos formandos do curso de Técnico de Gestão Equina promovem o espírito competitivo, o trabalho de equipa e o sentido de pertença e de identificação com o estabelecimento que frequentam.

A Escola recebe (informalmente e através do *Observatório de Saída dos Alunos*) retorno sobre os sucessos profissionais e académicos dos formandos que, depois de diplomados, ingressam no mundo do trabalho ou no ensino superior. Aqueles são convidados a participar em atividades (ex. palestras e ações de formação), servindo de referência e de motivação aos que ainda estão a frequentar os respetivos cursos.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O nível de satisfação da comunidade educativa auscultada sobre o serviço prestado pela Escola, através dos questionários aplicados no âmbito do presente processo de avaliação externa, é globalmente positivo.

Os docentes e não docentes revelam índices de satisfação mais elevados quanto à disponibilidade da direção, à abertura da escola ao exterior e ao funcionamento dos serviços administrativos, sendo que os mais baixos estão relacionados com o comportamento dos formandos. Para estes, os aspetos que reúnem apreciações menos favoráveis são o ambiente de tranquilidade e de respeito nas aulas, a resolução dos problemas de indisciplina e a segurança. Também os pais e encarregados de educação manifestam pouca satisfação com a segurança, e, em contraponto, destacam a disponibilidade e a boa ligação do diretor de turma à família.

A valorização dos desempenhos escolares concretiza-se através da instituição do *quadro de honra* e da atribuição de medalhas e diplomas de mérito – *Dia do Diploma*, para os finalistas com melhores resultados escolares. Têm sido ainda reconhecidos alguns formandos dos cursos profissionais, nomeadamente com a atribuição do prémio concelhio *Rainha Santa Isabel* para o aluno com melhores resultados na disciplina de português, e do prémio *Melhor Companheiro* pelo Rotary Club de Odivelas. Também a representação da Escola em exposições, mostras, concursos e outros eventos, contribui, de igual modo, para o enaltecimento dos seus saberes e o aumento das suas expectativas.

A Escola mantém uma relação de grande proximidade com diversas entidades locais, destacando-se a Câmara Municipal de Odivelas, parceira na atribuição de prémios, bem como no desenvolvimento de projetos, como por exemplo, SEI (Sucesso Educativo e Integração) e Eu Cidadão e Orçamento Participativo. Colabora, também, com a Unidade de Cuidados de Saúde Nostra-Pontinha, em rastreios visuais e recolhas de sangue, sessões de esclarecimento sobre prevenção de comportamentos de risco, hábitos e estilos de vida saudáveis, DST (doenças sexualmente transmissíveis) e métodos contraceptivos. Destaca-se, ainda, a interação com o Serviço de Pediatria do Hospital de Santa Maria com o desenvolvimento conjunto do projeto *A Horta numa Vida Saudável*; e a Escola Segura que promove ações de sensibilização no combate ao *bullying* e à violência escolar.

Em síntese, a ação da Escola tem produzido um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

O planeamento pedagógico é realizado em sede dos departamentos curriculares e de *subdepartamentos* e nos conselhos de turma e de diretores de curso, tendo em conta os programas das disciplinas/módulos/UFCD dos cursos, a formação em contexto de trabalho e dos estágios (formativo e em contexto de trabalho). No entanto, não é visível uma gestão modular do currículo sustentada nos perfis de desenvolvimento dos respetivos cursos e que assente na diferenciação pedagógica e em atividades e/ou projetos integradores.

O plano anual de atividades assume-se como um referencial de divulgação das dinâmicas desenvolvidas no meio escolar de e para a comunidade educativa. Agrupa um conjunto diversificado de ações que viabilizam a articulação de saberes das diversas disciplinas, particularmente da componente de formação técnica, e a contextualização dos currículos, sem, contudo, ser perceptível a sua consonância com o projeto educativo.

Os diretores de curso, em articulação com os diretores de turma e a *equipa educativa*, asseguram a coordenação de docentes/técnicos e a gestão dos espaços, materiais e recursos. Os diretores de turma acompanham, ainda que seja de forma pontual, o progresso dos formandos, através da análise das suas necessidades e dos resultados das avaliações, comunicando regularmente aos pais e encarregados de educação a progressão das aprendizagens.

Os *planos/projetos curriculares de turma* assumem-se como repositórios de informação sobre o percurso escolar dos formandos e não como documentos estratégicos, que potenciem abordagens mais integradas e integradoras dos conteúdos modulares/UFCD na definição de planos de ação específicos.

A organização da formação em contexto de trabalho bem como a adequação das atividades a realizar obedecem a um plano de trabalho individual, elaborado pelos professores orientadores e pelos tutores das entidades de acolhimento, subscrito pelos diferentes intervenientes, integrando os seus direitos e deveres, objetivos, conteúdos, programação e formas de monitorização, entre outros. Pese embora seja assegurado algum acompanhamento por parte da Escola, nem sempre de forma presencial, importa acautelar esta situação no sentido de garantir que todos os formandos realizam as atividades previstas no referido plano e, conseqüentemente, adquiram e/ou reforcem as competências técnicas, relacionais e organizacionais esperadas.

A conceção e o desenvolvimento dos projetos elaborados pelos formandos no âmbito da prova de aptidão profissional revelam significativamente a ligação com o contexto de trabalho e a integração de saberes e capacidades transdisciplinares.

A contextualização do currículo e a sua abertura ao meio concretiza-se através do estabelecimento de protocolos de colaboração no âmbito da formação em contexto de trabalho e dos estágios (formativo e em contexto de trabalho), da implementação de ações/propostas do plano anual de atividades, da participação em exposições e feiras de artesanato, bem como de iniciativas realizadas em parceria com diversas entidades, com destaque para a Câmara Municipal de Odivelas (ex. *Festival da Marmelada Branca de Odivelas, Programa do Urbano ao Rural, Hipoterapia* para alunos com necessidades educativas especiais do concelho e comercialização de produtos através do Departamento de Turismo).

A coerência entre o que se ensina e o que se avalia é acautelada pela operacionalização dos critérios de avaliação, divulgados aos formandos e encarregados de educação, e através da utilização das matrizes dos testes. São utilizadas as diferentes modalidades de avaliação, sendo que a formativa, como instrumento de regulação das aprendizagens, ainda não assume um carácter sistemático e generalizado.

PRÁTICAS DE ENSINO

No desenvolvimento do currículo, as práticas pedagógicas denotam alguma adequação às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos formandos, com a disponibilização de apoios, em contexto de sala de aula, para aqueles que revelam dificuldades essencialmente de carácter teórico (português, inglês, matemática, biologia e química). Igualmente, os planos de substituição de docentes em falta e de recuperação de módulos/UFCD evidenciam a importância da promoção do sucesso escolar, embora ainda sem os resultados desejados, o que deverá suscitar uma reflexão suficientemente abrangente sobre os fatores do sucesso/insucesso, de modo a potenciar uma maior adequação das medidas adotadas. Neste sentido, o ponto fraco referido na anterior avaliação externa ainda não foi superado.

Existem algumas evidências de práticas de diferenciação pedagógica, embora não generalizadas, com a realização de trabalho individual, em pares, em grupos e de projeto. Porém, a utilização de estratégias diversificadas e diferenciadas, do reforço positivo e de metodologias ativas, de forma a promover o sentido de responsabilidade individual e uma maior autonomia dos formandos, não só para os que apresentam dificuldades de aprendizagem, como também para os que revelam bons desempenhos, será uma das áreas a incrementar.

Os formandos com necessidades educativas especiais são devidamente referenciados e avaliados, encontrando-se asseguradas as respostas ajustadas, dentro e fora da sala de aula, através de acompanhamento especializado e articulado de uma equipa multidisciplinar, constituída por professores de educação especial, docentes, diretores de turma e de curso e psicóloga. Todavia, as taxas de sucesso, entre 2011 e 2016, oscilam, nos cursos de educação e formação, entre 64,7% e 83,3%, e, nos cursos profissionais, entre 52,6% e 93,3%; entre 2013 e 2016, nos cursos vocacionais do ensino básico, entre 80,6% e 100% e, em 2016, o curso vocacional do ensino secundário, registou 100%.

Os planos individuais de transição implementados promovem a inclusão dos jovens na comunidade, os quais desenvolvem atividades de integração social e têm garantido a transição para a vida pós-escolar.

A Escola dispõe de um conjunto significativo de estruturas e equipamentos (ex. estufas, adega, núcleo pecuário, picadeiros e laboratórios, entre outros) que são utilizados em contexto de aula por profissionais ativos no terreno. O trabalho realizado na zona agropecuária e a utilização de técnicas nas diferentes áreas de formação reforçam os saberes práticos, mas podem ainda ser potenciados pela realização de atividades laboratoriais e experimentais articuladas entre disciplinas/módulos/UFCD, onde seja favorecida a realização de aprendizagens motivadoras, inovadoras e empreendedoras.

O uso das tecnologias de informação e comunicação na sala de aula não é devidamente rentabilizado na promoção de estratégias e metodologias ativas de abordagem dos conteúdos. A biblioteca, espaço acolhedor e com um acervo razoável, dinamiza, com alguma regularidade, atividades de promoção da leitura e da escrita (ex. *Leitor do Ano; Poeta – Escritor do Mês*). No entanto, o seu funcionamento em horário descontínuo constitui um forte constrangimento à sua utilização, como espaço proporcionador de ambientes formativos e de acolhimento, promotores das várias literacias.

O trabalho colaborativo é uma prática que tem vindo a ser implementada e manifesta-se, sobretudo, na realização de projetos e atividades, na partilha de recursos e experiências, envolvendo docentes de algumas disciplinas, e no desenvolvimento de algumas temáticas curriculares, no sentido de promover a articulação entre as componentes de formação sociocultural, científica e técnica. Porém, esta articulação carece de aprofundamento numa lógica de gestão modular do currículo, com o fomento de atividades e projetos integradores, de modo a garantir a aquisição de competências intrínsecas ao perfil de desempenho de cada curso.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A avaliação diagnóstica, por norma, é utilizada no início de cada módulo/UFCD com o objetivo de adequar o planeamento aos ritmos de aprendizagem dos formandos. A avaliação formativa, na maioria das disciplinas, carece de sistematicidade de modo a: reajustar e potenciar a diferenciação de estratégias; estimular o desenvolvimento global dos formandos; informá-los e/ou aos respetivos encarregados de educação sobre os seus progressos, dificuldades e resultados obtidos; promover o sucesso, contribuindo para a redução do número de módulos/UFCD em atraso e, ainda, incrementar a sua autoestima. Os instrumentos utilizados são diversificados (apresentações orais, trabalhos escritos, relatórios, testes, simulações de atividades, entre outros) evidenciando, genericamente, adequação às características das disciplinas/módulos/UFCD.

Os critérios de avaliação, inscritos no *Projeto Curricular de Escola 2016-2017*, são definidos por disciplina, em cada departamento curricular, nos domínios do conhecimento (*saberes*), das capacidades (*saberes fazer*) e das atitudes (*saberes relacionais*), aprovados em conselho pedagógico e divulgados pelos diretores de turma e docentes de cada disciplina. Estes critérios, no entanto, traduzem-se em ponderações para o conjunto dos instrumentos a aplicar e dos parâmetros das atitudes, não demonstrando que têm em consideração, na generalidade, a especificidade dos perfis de desempenho e as capacidades transversais, tendo em conta as aprendizagens e os projetos profissionais de cada curso.

A avaliação da formação em contexto de trabalho (cursos profissionais), estágio formativo (cursos vocacionais de nível secundário), estágio em contexto de trabalho (cursos de educação e formação) e prática simulada (cursos vocacionais de nível básico) é realizada ao longo dos respetivos ciclos de formação, pela Escola e pelas entidades de acolhimento (empresas protocoladas), no intuito de desenvolver competências técnicas, relacionais e organizacionais que contribuam para o perfil de desenvolvimento dos técnicos a formar e qualificar. O apuramento das classificações anuais e final está previsto nos respetivos regulamentos e considera ponderações para cada um dos anos, para a *prática na empresa* e para o *relatório*, em função de cada tipo de curso.

Os tutores (*monitores*) avaliam os formandos tendo por base os parâmetros definidos, para a componente prática, referentes ao desenvolvimento de atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil de desempenho do curso frequentado. No entanto, não estão definidos descritores que balizem a classificação dos desempenhos para cada um deles, tal como sucede para a avaliação dos relatórios por parte do professor orientador. O mesmo acontece nos cursos profissionais, com os parâmetros para avaliar a prova de aptidão profissional (relatório e apresentação pública), pelo que a subjetividade coloca em questão a equidade dos juízos avaliativos de todos os intervenientes.

A monitorização do desenvolvimento do currículo é concretizada pela verificação do cumprimento dos conteúdos modulares/UFCD e das respetivas cargas horárias, procedendo-se ao respetivo ajustamento dos horários dos docentes e das turmas. No entanto, este procedimento não recai na análise e reflexão da praxis docente, para que se perceba da necessidade e da importância de aplicação das diferentes modalidades de avaliação, nomeadamente a formativa, de modo a que se traduza em práticas de diferenciação pedagógica e de reformulação/adequação das planificações aos ritmos de aprendizagem dos formandos, aspeto que merece a atenção dos responsáveis.

As medidas educativas e ou atividades de recuperação adotadas para as situações de dificuldades em atingir os objetivos são pouco diversificadas e não se têm revelado eficazes, sobretudo se se atender ao número de formandos com módulos/UFCD em atraso, entre 64,1% (2011) e 42,2% (2016), o que impõe a sua recuperação nas *épocas especiais de avaliação para recuperação de módulos/UFCD em atraso*, previstas para esse fim. Esta ineficácia traduz-se não só no número de provas a serem realizadas em três momentos, como também é indiciadora de práticas docentes que não favorecem os diferentes estilos de aprendizagem, a avaliação formativa e a diferenciação pedagógica. Neste sentido, o ponto fraco apontado na anterior avaliação externa, neste âmbito, ainda não foi superado.

As medidas implementadas no combate à desistência e ao abandono, bem como à diminuição de módulos/UFCD em atraso e de formandos que não concluem os respetivos cursos no ciclo de formação não se têm mostrado eficazes. Os fatores identificados não são sustentados por uma análise e reflexão profundas da prestação do serviço educativo, associadas à criação e/ou reformulação de planos de ação de melhoria nestas áreas, em resultado do processo de autoavaliação.

Em conclusão, a Escola tem produzido um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A visão estratégica da Escola, preconizada pela atual direção, assenta na concretização da sua missão – *a formação de profissionais competentes para atuar nos setores agrícola e agroalimentar, ordenamento do território e ambiente, dotados dos saberes socioculturais, afetivos, científicos e tecnológicos necessários*. Neste sentido, tem procurado promover um espírito de coesão, articulando as várias

valências, e ir ao encontro das necessidades dos formandos, das famílias e do concelho de Odivelas. Decorrente de contactos efetuados pelo diretor, perspetiva-se a possibilidade/viabilidade de efetivação de um protocolo com um agrupamento de escolas, para a realização de atividades de enriquecimento curricular nas áreas de educação e formação dos cursos ministrados, bem como a comercialização e transformação de produtos produzidos na quinta (vinho, doces, compotas, queijo, entre outros).

O projeto educativo (2014-2017) evidencia essa visão, considerando pontos fortes e aspetos a melhorar (decorrentes, nomeadamente da anterior avaliação externa, do processo de autoavaliação e da reflexão realizada em vários departamentos curriculares) e estabelece três prioridades com respetivos objetivos, estratégias, metas e indicadores para cada uma das áreas de intervenção, permitindo, facilmente, fazer a sua avaliação. Todavia, demonstra estar, em alguns aspetos, dissonante com a realidade da Escola, dado que as metas preconizadas estão aquém do pretendido, designadamente quanto às taxas de desistência e abandono, de empregabilidade e de prosseguimento de estudos que se têm verificado.

O plano anual de atividades apresenta diversificadas ações, enquadradas com a missão da Escola, mas não expressa, de forma clara e inequívoca, uma articulação com os objetivos e metas do projeto educativo, no sentido da sua operacionalização. Sublinha-se, no entanto, que aquele documento contempla um conjunto de atividades inter e transdisciplinares com envolvimento da comunidade escolar; os planos de formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais, dos estágios formativos e da prática simulada nos cursos vocacionais; as visitas de estudo; a exploração agropecuária e agroindustrial; a formação de docentes e não docentes, bem como o respetivo orçamento para a sua execução.

A atuação do diretor e da sua equipa, bem como do conselho técnico, está assente na noção de que a sustentabilidade da Escola depende, essencialmente, da qualidade dos técnicos que forma e da sua aceitação no mercado de trabalho, promovendo o ensino inclusivo e a prestação de serviços à comunidade, valorizando e projetando o espaço rural a nível concelhio, regional e nacional. Neste sentido, ressalta o reconhecimento das empresas pelos desempenhos, conhecimentos e competências dos formandos, demonstrados em contexto real de trabalho.

A Escola tem vindo a adaptar-se aos novos tempos, respeitando a sua marca identitária de matriz agrária/agropecuária e alargando o leque de formação a novos públicos, com a oferta de cursos vocacionais dos ensinos básico e secundário, e ambicionando, também, dar formação nas referidas áreas a adultos ativos.

É de sublinhar a recetividade da direção em disponibilizar e partilhar equipamentos e infraestruturas que têm permitido, junto da comunidade, o desenvolvimento de vários projetos em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas (ex. *Programa do Urbano ao Rural, Hipoterapia, Coleção Visitável da Paiã e Ecopista*).

O diretor, apoiado por uma equipa que mostra empenho e dedicação, protagoniza uma liderança que se consubstancia numa orientação assente em princípios humanistas. Exerce-a numa perspetiva de abertura, diálogo e confiança permanente, o que promove relações de proximidade e um bom ambiente de trabalho, patenteado pelas lideranças intermédias. Evidencia, também, empenho no bem-estar das pessoas e conhecimento sobre as particularidades de cada elemento da comunidade escolar, procurando, dentro da sua esfera de ação, encontrar soluções para a resolução de situações que careçam da sua intervenção. Neste sentido, sobressai o facto de o *Plano de Ações de Melhoria Inicial* contemplar *atividades/estratégias* direcionadas para a promoção dos canais de comunicação e para a cooperação com as associações de estudantes e de pais e encarregados de educação e com os parceiros institucionais.

O conselho geral tem dado o seu contributo para o funcionamento da Escola. Contudo, este órgão poderá assumir um maior dinamismo e implicação nas questões relacionadas com a avaliação da eficácia do trabalho desenvolvido, designadamente no que diz respeito à articulação entre os documentos

estruturantes e à reflexão crítica dos resultados e das medidas de promoção do sucesso escolar, delineadas pelo conselho pedagógico.

No que toca à mobilização da comunidade é de referir a ligação que é mantida com empresas locais, regionais e nacionais com quem tem estabelecido protocolos para a formação e qualificação dos jovens, bem como para o desenvolvimento de projetos.

A presença em várias feiras, exposições e certames como na Bolsa de Turismo de Lisboa, na MOPEF (Mostra de Oferta Profissional e Formativa do Concelho de Odivelas), na Loja da Câmara Municipal de Odivelas (localizada num espaço comercial do concelho) na divulgação dos produtos produzidos (vinho, queijo, doces e compotas), bem como a dinamização de vários *workshops* proporcionando a aprendizagem do fabrico e/ou processamento de produtos agrícolas e frutícolas, entre outros, têm contribuído para a divulgação e construção de uma boa imagem da Escola junto da comunidade, fazendo dela uma referência não só na região, mas também a nível nacional, como disso é demonstrativo o Núcleo Museológico e as *Comemorações do Centenário da EPADD-Paiã*.

GESTÃO

Os critérios de constituição das turmas, elaboração de horários e distribuição de serviço são discutidos e aprovados em conselho pedagógico, constando do *Projeto Curricular de Escola*, o que contribui para a transparência e satisfação da comunidade educativa com as práticas de gestão.

A distribuição do serviço docente assenta nas propostas dos departamentos curriculares e dos diretores de curso, tendo em conta a qualificação académica e profissional e a continuidade pedagógica. Respeita as especificidades intrínsecas aos respetivos cursos e a necessidade de flexibilizar os horários, sempre que necessário, por força do cumprimento das cargas horárias, da formação em contexto de trabalho e dos estágios (formativo e em contexto de trabalho), da orientação e acompanhamento da prova de aptidão profissional, entre outros aspetos, o que põe em evidência a capacidade dos responsáveis para fazer adaptações permanentes e uma gestão criteriosa de recursos.

A organização do serviço não docente tem como critérios as competências dos trabalhadores e a experiência e a adequação à função requerida pela especificidade dos vários setores. As respetivas coordenadoras têm autonomia para gerir a distribuição de serviço, reunindo com o diretor no início do ano letivo e, sempre que necessário, para ajustar procedimentos.

O desenvolvimento profissional tem assentado em ações promovidas pelo Centro de Formação Maria Borges de Medeiros (docentes e não docentes), pela Câmara Municipal de Odivelas e pela empresa fornecedora de programas informáticos (não docentes). Contudo, verifica-se a necessidade de desenvolver iniciativas direcionadas especificamente para o ensino profissional, designadamente para a avaliação e gestão modular do currículo, no sentido de potenciar a motivação e mobilização dos docentes para novas formas de organização pedagógica, reforçando os impactos das suas práticas nos resultados.

Os recursos físicos e materiais são geridos de forma ponderada, numa lógica de sustentabilidade e de racionalidade económica, solucionando ocorrências diárias, com base no empenho e dedicação dos profissionais, atendendo a condicionalismos, como sejam as distâncias entre os vários espaços escolares (exploração agropecuária e os edifícios onde se localizam salas de aula, laboratórios, queijaria, e serviços, entre outros), e investindo-se na melhoria das condições de trabalho, através da recuperação de algum material que, com o decorrer do tempo, se tem vindo a deteriorar. A Escola não dispõe de instalações desportivas que permitam um adequado desenvolvimento de todas as atividades físicas e desportivas curriculares, socorrendo-se de um espaço polidesportivo exterior e de uma sala adaptada, o que, na verdade, é notoriamente insuficiente.

O recurso às tecnologias de informação tem sido um elemento facilitador da comunicação interna e externa, mostrando-se globalmente eficaz o uso do correio eletrónico, embora ainda exista alguma

resistência na sua utilização. Nesta área, encontra-se em desenvolvimento a ação de melhoria – *Avaliar, atualizar e reformular o funcionamento dos canais de comunicação* – com a qual se perspetiva o incremento da eficácia dos meios de divulgação, para que se possam tornar eficazes.

A página da Escola na internet, bem como as redes sociais (ex. *Facebook*), podem constituir-se como recursos privilegiados na difusão de informação, da projeção externa das atividades desenvolvidas e da formação e qualificação de jovens.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O processo de autoavaliação, na anterior avaliação externa, foi referido como um *processo sistemático e consolidado*, [permitindo] *o conhecimento dos pontos fortes e fracos* e [que] *sustenta as prioridades e ações de melhoria definidas, com resultados positivos*. Na verdade, este processo mostra sistematicidade e consolidação desde que foi iniciado em 2006, tendo sido alterada a constituição da equipa pelo facto de não ser representativa da comunidade educativa. Assim, passou, desde 2012, a ser composta pelos coordenadores de departamento curricular e por representantes dos alunos, dos não docentes, dos pais e encarregados de educação, dos diretores de turma e da Câmara Municipal de Odivelas.

O trabalho desenvolvido assenta, desde o início, numa adaptação dos modelos CAF 2006 – *Common Assessment Framework* e CAF – *Education*, contando com a colaboração de uma empresa externa para o tratamento dos dados e para colmatar as fragilidades identificadas, a nível da monitorização, na anterior avaliação externa, bem como para a realização de um curso de formação creditado.

A atual equipa procedeu à elaboração de um plano estratégico e à seleção dos indicadores de autoavaliação, considerados ajustados e pertinentes: liderança, planeamento e estratégia, pessoas, parcerias e recursos, processos, resultados orientados para alunos e encarregados de educação, resultados relativos às pessoas, impacto na sociedade e resultados de desempenho chave (resultados internos e externos) que, permitiram a construção e aplicação de inquéritos por questionário a toda a comunidade educativa, com recurso a uma plataforma eletrónica.

Do tratamento dos dados dos questionários (análise quantitativa e qualitativa) foram apurados pontos fortes e oportunidades de melhoria para cada um dos critérios e produzidos dois relatórios (2010-2011 e 2014-2015), dos quais resultaram dois documentos bem estruturados – um *projeto* (2011) e um *plano* (2016) *de ações de melhoria*, devidamente priorizadas. No último relatório, ressalta a necessidade de sistematizar a identificação de pontos fortes, tendo em vista a divulgação e incrementação de *boas práticas* pedagógicas que foram objeto da realização das ações – *Implementar práticas de Supervisão Pedagógica (Promover a supervisão e o acompanhamento da prática letiva em contexto de aula)* e *Fomentar práticas de diferenciação pedagógica* –, que, apesar de ainda se encontrarem em fase de desenvolvimento, já impulsionaram o trabalho colaborativo entre docentes.

Presentemente, a equipa pretende continuar a consolidação do processo de autoavaliação, alargando a metodologia adotada a outros procedimentos e instrumentos, designadamente o *EQAVET – Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional*, de modo a monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de educação e formação profissional e a qualidade das práticas de diferenciação pedagógicas, com vista à melhoria dos resultados.

Reconhece-se que foram dados passos, sobretudo no que toca à maturação de um projeto que se pretende abrangente e conseqüente. A motivação, o empenho e o envolvimento no processo de autoavaliação, não só dos elementos da equipa, mas também dos professores, dos técnicos e de todos os trabalhadores, em geral, dos alunos e respetivos encarregados de educação, revelam-se pela maior adesão destes ao processo, de 2011 para 2015, o que tem permitido um progresso sustentado da Escola, nomeadamente na identificação dos pontos fortes e oportunidades de melhoria, para os vários indicadores que conduziram à continuidade e/ou realização de novas ações de melhoria.

No entanto, impõe-se uma reflexão crítica sobre os processos de ensino e de aprendizagem que, analisados à luz das taxas de desistência e abandono, bem como dos resultados académicos, possam potenciar os impactos na melhoria das aprendizagens e da qualificação profissional. De igual forma, o estabelecimento de parcerias e protocolos com instituições do ensino superior facilitará novos caminhos de ação, que possibilitem resolver algumas das ameaças que afetam a Escola.

Em suma, e tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, a Escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Capacidade de mobilização dos formandos para ações de solidariedade e de cidadania e para a participação em projetos relacionados com a preservação do ambiente e a educação para a saúde;
- Abertura e interação com o meio envolvente, através da adesão a projetos concelhios e regionais e da concretização de iniciativas mobilizadoras da comunidade, que evidenciam o trabalho realizado pela Escola;
- Atuação dos diretores de turma no acompanhamento da vida escolar e dos progressos dos formandos ao longo do ciclo de formação, reconhecido por estes e pelos pais e encarregados de educação;
- Espírito de abertura, diálogo e confiança do diretor, promotor de relações de proximidade e de um bom ambiente de trabalho, patenteados pelas lideranças intermédias;
- Reconhecimento das empresas pelos desempenhos, conhecimentos e competências dos formandos, demonstrados em contexto real de trabalho;
- Processo de autoavaliação abrangente, sistematizado e sustentado, com identificação de aspetos fortes e de oportunidades, que tem permitido a construção e priorização de ações de melhoria.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Fomento de uma reflexão crítica sobre as causas da indisciplina, de modo a delinear uma estratégia global, partilhada e consistente, que possibilite a construção de ações para uma intervenção eficaz nesta área;
- Conceção do planeamento pedagógico em função dos perfis de desempenho e saídas profissionais dos cursos, que contemple a articulação pedagógica entre as diferentes disciplinas e componentes de formação, de modo a assegurar o desenvolvimento de um currículo integrado;
- Valorização do carácter sistemático e contínuo da avaliação diagnóstica e formativa de forma a adequar o planeamento aos estilos e ritmos de aprendizagem dos formandos, promovendo o reforço positivo, a diferenciação pedagógica e, conseqüentemente, o sucesso educativo;

- Definição de critérios de avaliação estabelecendo descritores de desempenho relativos às aprendizagens e aos projetos profissionais, tendo em consideração a sua dimensão integradora e a necessária objetividade, credibilidade, equidade e transparência do processo;
- Diversificação das medidas de promoção do sucesso escolar e de atividades de recuperação para formandos com dificuldades em atingir os objetivos modulares/UFCD, de forma a aumentar a eficácia das mesmas, na melhoria das taxas de conclusão;
- Focalização da autoavaliação nos processos de ensino e de aprendizagem de modo a potenciar os impactos na melhoria das aprendizagens e dos resultados e garantir a evolução da capacidade de autorregulação da Escola.

18-09-2017

A Equipa de Avaliação Externa: João Calado, Lurdes Navarro e Paulo Cruz

Concordo.

À consideração do Senhor Inspetor-Geral da
Educação e Ciência, para homologação.

A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área
Territorial de Inspeção do Sul

Maria Filomena Aldeias

2017-11-09

Homologo.

O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação
nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79,
Série II, de 22 de abril de 2016